

A redução da evasão escolar e o Serviço Social: experiências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Michelli Aparecida Daros¹

Resumo

O presente trabalho é resultado da pesquisa de mestrado concluída em 2014 na PUC-SP, “O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo- IFSP, a evasão escolar e a atuação do Serviço Social: uma experiência em construção (2008-2013)”. Nesse artigo, buscamos, primeiramente, elucidar a questão da evasão escolar - a compreensão do que é a evasão escolar e os motivos de evasão no IFSP, identificados pela pesquisa documental realizada. No segundo momento, a partir de entrevistas semiestruturadas apresentamos as contribuições dos assistentes sociais à redução da evasão escolar. Por fim, elencamos apontamentos sobre as possibilidades de atuação no campo educacional do Serviço Social no enfrentamento da evasão escolar.

Palavras-Chave

Serviço Social; Educação; Evasão escolar

The dropout issue and the Social Work: experiences at Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Abstract

This study is the result of the master thesis completed in 2014 “The dropout issue and Social Work at IFSP: a work in progress (2008-2013). In this paper, we seek, in the first phase, to elucidate the dropout issue - understanding what causes IFSP students to dropout, these causes having been identified by documental research. In the second phase, by conducting semi-structured interviews that show the contributions that social workers make to reduce the dropout rate. The last phase, we gather the notes on possible actions for the field of educational and Social Work to reduce the dropout rate.

Keywords

Social Work; Education; Dropout issue

Introdução

Neste trabalho, são apresentados o desenvolvimento e resultados da pesquisa de mestrado concluída em 2014, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Com a apresentação deste artigo, busca-se elucidar as contribuições do Serviço Social à questão da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

O IFSP compõe a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que agrega institutos federais de todo o país, uma universidade tecnológica federal, os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) e escolas técnicas vinculadas às universidades. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estão presentes em todos os estados do país.

Configurado como uma instituição *multicampi*, o IFSP oferta cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), cursos técnicos, ensino médio, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação, todas essas modalidades de ensino estão inseridas na Educação Profissional e Tecnológica. O IFSP é o produto da transformação da Escola de Aprendizes e Artífices (1909) e suas modificações históricas marcadas pelas suas transformações em Liceu Industrial de São Paulo (1937-1942), Escola Industrial de São Paulo (1965 -1999), Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (1999 -2008) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (2008).

Criados em 2008, o IFSP e os Institutos Federais de outros estados brasileiros têm se configurado como instituições que visam aliar os conhecimentos produzidos na Educação Profissional e Tecnológica com o desenvolvimento econômico regional dos locais onde se instalam. A Educação Profissional e Tecnológica é compreendida como um conjunto de ações que buscam articular os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos à ciência, a técnica, à cultura e às atividades produtivas. (IFSP, 2009).

A criação dos institutos federais responde à necessidade, num país como o nosso, da institucionalização definitiva da Educação Profissional e Tecnológica como política pública [] E ainda, política pública como resultado de ações providas com recursos próprios (financeiros e humanos), que esteja articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional e outras) e que, portanto produza impactos sobre as mesmas [...] É, pois, função precípua dos Institutos Federais atuar a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (PEREIRA, 2011).

O IFSP tem vivenciado fases de expansão de seus campi. Hoje, são 36 campi no estado de São Paulo. O grande desafio da expansão liderada pelo governo federal é o de que o aumento do número de campi acompanhe também a ampliação do número de servidores e a melhoria da infraestrutura física das instalações.

Além da verticalização do ensino já citada, desde o PROEJA² até a pós-graduação, o IFSP tem desenvolvido cursos e programas como o PRONATEC³ e o Mulheres Mil⁴, voltados à profissionalização e inserção de trabalhadores no mercado de trabalho. Observa-se um esforço do governo federal para tornar acessíveis os cursos da Educação Profissional e Tecnológica. Como exemplo, podemos citar o novo acesso ao ensino superior, realizado pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), substituindo o tradicional vestibular e a aprovação em 2012 da Lei n. 12.711, a “Lei de Cotas”, que prevê a reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas e estudantes com renda per capita de até um salário mínimo e meio, inovações que se estendem às universidades federais.

No âmbito das ações afirmativas para a permanência dos estudantes na instituição, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem protagonizando ações que visam garantir condições para a permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes. A concessão de auxílios financeiros e o desenvolvimento de ações que objetivam o fortalecimento de vínculos entre os estudantes e instituição têm caracterizado este programa como um aliado à redução da evasão escolar.

A considerável ampliação de assistentes sociais no IFSP está diretamente ligada à implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2011, na instituição. Estão previstas no PNAES ações que tem por objetivos: democratizar as condições de permanência nas instituições de ensino, reduzir as taxas de evasão e retenção dos estudantes, além da promoção da inclusão social pela Educação.

O Serviço Social assumiu a centralidade no PNAES no IFSP e, com a ampliação de campi e de recursos, tem sido requisitado para propor estratégias e elaborar projetos e ações que vão ao encontro da ampliação das condições de permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes do IFSP.

Altos índices de evasão escolar têm caracterizado a realidade do IFSP nos últimos anos, se acentuando justamente no momento em que há o esforço pelos órgãos governamentais em ampliar o acesso à educação da classe trabalhadora, em seus diversos níveis: básico, técnico e superior. Em 2013, o IFSP foi citado pelo acórdão nº 506/2013 do Tribunal de Contas da União pelos seus altos índices de evasão.

O documento exigiu respostas a estes índices e sugeriu algumas alternativas, dentre elas, que os “estudantes em risco de evadir” fossem encaminhados às assistentes sociais da instituição.

A redução da evasão escolar foi identificada como um dos trabalhos do Serviço Social. A partir desta identificação, surgiu o questionamento: como o Serviço Social pode contribuir com a redução da evasão escolar no IFSP? A partir deste questionamento, foi desenvolvida a metodologia do trabalho aqui apresentado, que contou com pesquisa documental, bibliográfica e de campo, onde foram entrevistadas 6(seis) assistentes sociais pertencentes a 6 (seis) diferentes campi do IFSP. Os fragmentos das falas das entrevistadas são identificados por nomes fictícios.

Neste artigo, apresentaremos as principais considerações sobre a atuação do Serviço Social no enfrentamento da evasão escolar do IFSP.

A redução da evasão escolar como um objetivo do PNAES

A redução da evasão e da retenção escolar compõe o rol de objetivos do PNAES, juntamente com a democratização das condições de permanência dos estudantes, a minimização dos efeitos das desigualdades sociais na permanência dos jovens na Educação federal superior e a contribuição para a promoção da inclusão social pela Educação. Todos os objetivos estão conectados e têm valor grandioso no que se propõe e tem a Educação a sua via de realização. Porém, a não realização de um deles impede que todos os outros se realizem. Falamos da evasão escolar – eis a importância de combatê-la.

A vinculação da contenção da evasão escolar aos objetivos do PNAES ressalta a finalidade do programa: a permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Todos os objetivos do PNAES se entrelaçam na medida em que constroem possibilidades concretas de permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes. A evasão escolar é o abandono seguido da não conclusão de um curso. Para Baggi e Lopes (2011), a evasão é compreendida como um fenômeno social complexo, definido como a interrupção no ciclo de estudos. Em pesquisa bibliográfica realizada pelas autoras:

A evasão em sentido amplo é tratada pelos autores como a saída do aluno da instituição antes da conclusão do seu curso. As distinções entre os estudos de casos encontrados ocorrem em relação ao objeto de estudo, à teoria, ao método para identificação da evasão e aos resultados das pesquisas realizadas. (BAGGI:LOPES, 2011, p.370)

A amplitude e a complexidade da evasão escolar não têm sido alcançadas pelas produções acadêmicas até então. Segundo Castro et al. (2013), apenas alguns autores se propuseram a estudar as causas e motivos da evasão contribuindo para que o planejamento das ações instituições de ensino pudesse ser modificado.

[...] É preciso estar atento à dimensão pedagógica do processo escolar, buscando compreender o que se passa dentro dos muros da escola e principalmente dentro de cada sala de aula, identificando assim possíveis fatores que possam produzir o fenômeno da evasão escolar (JOHANN, 2012, p. 76).

É na identificação das causas da evasão que a real compreensão do que é evasão se difere. Silva Filho (2007), responsável pelo Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia, realiza leitura dos danos que os altos índices de evasão podem ocasionar:

[...] As perdas de estudantes que iniciam mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas.[...] a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico (SILVA FILHO, et al. 2007, p. 642).

Silva Filho (2007) apresenta dados importantes em relação ao desperdício de recursos empenhados nos setores educacionais públicos e privados. Contudo, não podemos se eximir do elemento qualitativo central da evasão escolar: o de que ela pode ser considerada uma potencial ameaça ao direito social à educação. É importante o conhecimento conceitual sobre a evasão escolar, mas é fundamental identificar e reconhecer os motivos que impulsionam a evasão, para que estratégias possam ser elaboradas para o seu enfrentamento.

A evasão escolar: identificação e enfrentamentos

Como já mencionado, apesar de altos índices de evasão escolar serem identificados no IFSP, não há estudos ou registros sistematizados sobre esta situação. O IFSP foi recentemente citado em um dos relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) pelo aferimento, por parte do órgão, de alta evasão escolar na instituição. O acórdão nº 506/2013 do TCU relata a auditoria realizada na Rede Federal de Educação Profissional e aponta necessidade de aprimoramentos nas

atuações relacionadas à evasão escolar. Segundo o TCU (2013), a evasão escolar alcança diferentes modalidades de ensino em maior ou menor medida, atualmente, a educação profissional apresenta um importante vazamento que impede que boa parte dos estudantes concluam seus cursos.

[...] A meta de 90% para a taxa de conclusão prevista no Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020, ou mesmo da taxa de 80% para todas as modalidades de cursos ofertados pelos institutos prevista no Termo de Acordo de Metas, aparentemente, ainda é um ideal de longo-prazo. Quando se analisam as taxas de conclusão em nível nacional se situam em 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Projeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo (TCU, 2013, p. 2).

A meta de 90% para a taxa de conclusão prevista no Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011- 2020 refere-se à estratégia 10 da meta 11 do plano que faz referência à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Além da elevação da taxa de concluintes dos cursos para 90%, a estratégia prevê a relação de 20 alunos para um professor em sala de aula.

Conforme citado acima, a taxa de concluintes é menor que 50% nos cursos ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em todo o país. Mediante esta realidade, o TCU cobrou providências do IFSP e demais institutos federais que, atualmente, passam por um momento de construção de alternativas e estratégias para mensurar seus índices de evasão, motivos e possibilidades para a sua redução.

Ao buscar identificar as causas da evasão, a auditoria do TCU (2013), fundamentada na literatura nacional e internacional do tema, apontou várias causas que concorrem para que os estudantes abandonem ou não concluam os cursos de educação profissional. Sumariamente, são elas: pobre desempenho acadêmico nas etapas elementares, o que pode levar o fracasso e a evasão nos níveis médios e superiores de escolarização; características socioeconômicas das famílias dos estudantes – pobreza, composição étnica e famílias sustentadas por um único adulto apontam mais probabilidade para que o estudante evada do curso; condições da instituição de ensino – tamanho, infraestrutura e formação acadêmica dos docentes.

Quanto às peculiaridades dos institutos federais, o relatório ressalta que pela diversidade de fatores que afetam a evasão, elaborar políticas ou estra-

tégias para combatê-la constitui-se uma tarefa complexa. As entrevistas que o TCU realizou com os professores mostram que há uma grande discrepância de conhecimentos e habilidades dos alunos no momento de sua entrada nos cursos, o que faz com que parcela dos alunos apresente déficits educacionais significantes, aumentando a evasão.

Medidas de combate à evasão são recomendadas pelo relatório do TCU. A primeira delas se resume a processos de diagnóstico ou inteligência, em que dados sobre os estudantes e suas instituições de ensino devem ser coletados e interpretados. A segunda medida se dá no campo da intervenção de profissionais com estudantes que apresentam “riscos de evadir”. O relatório é enfático ao esclarecer a importância de assistentes sociais para o atendimento desses estudantes em “risco”:

[...]a) designar assistentes sociais para estudantes com alto risco de evasão; b) ofertar reforço acadêmico com vistas a melhorar a performance acadêmica; c) selecionar adequadamente os alunos receptores de assistências de caráter social (TCU, 2013, p. 17).

Além de assistentes sociais, ao longo do relatório, também são citados pedagogos e psicólogos para intervir nas “medidas de ajuste” para aqueles cujo desempenho escolar poderá levá-los a evasão. Segundo o TCU (2013, p. 18), em 2013, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica contava, em todo Brasil, com 791 pedagogos, 320 psicólogos e 396 assistentes sociais.

Descobrimos os motivos da evasão no IFSP

Apesar de não existirem estudos sistematizados da evasão escolar no IFSP, foi necessário conhecer minimamente a razão de evadir na instituição. Alguns campi possuíam, na data desta pesquisa, dados sobre a evasão escolar. Desta forma, foi realizada a pesquisa documental que permitiu revelar as principais causas da evasão escolar nos seus diferentes *campi* pesquisados. Contudo, não foi possível a construção de índices específicos sobre o número de alunos evadidos em relação ao número de estudantes ingressantes.

No quadro a seguir, elencamos o ano de coleta de dados sobre a evasão dos campi, a metodologia utilizada e os principais motivos da evasão, segundo os estudantes. As causas, apesar de similares, são nominadas diferentemente. Isto ocorre, pois buscamos ser fiéis a pesquisa dos campi, que elegeram diferentes nomenclaturas para significar os motivos da evasão escolar.

Tabela 1 – Motivos da evasão nos campi do IFSP

Motivos	Metodologia	Campi
Horário de Trabalho; dificuldades no aprendizado; problemas familiares	Questionário no momento de saída do estudante (2013)	Araraquara
Problemas no trabalho; sem identificação com o curso; dificuldade no aprendizado	Questionário no momento de saída do estudante (2013)	Bragança Paulista
Fator externo ao ambiente escolar; dificuldades na metodologia de ensino; dificuldades na relação professor-aluno	Questionário no momento de saída do estudante. Depoimento dos estudantes evadidos (2011)	Itapetininga
Horário de trabalho incompatível; passou no vestibular em outras instituições; não se identificou com o curso	Consulta aos dados da secretaria (2012)	Hortolândia
Não conseguiu conciliar trabalho com o curso; dificuldade em acompanhar o curso; não se identificou com o curso	Questionário no momento de saída do estudante (2009)	São João da Boa Vista
Trabalho; incompatibilidade com o curso; mudança para outros cursos	Questionário no momento de saída do estudante (2013)	Sertãozinho

Os principais motivos de evasão identificados podem ser compreendidos em: trabalho, a não identificação com o curso escolhido e as dificuldades de aprendizado, que se estendem ao âmbito dos conteúdos escolares, às questões metodológicas e as relações entre professores e alunos. O trabalho é o principal motivo de evasão nos campi pesquisados. É necessário refletir sobre os estudantes que também são trabalhadores.

As autoras Vargas e Paula (2013), ao analisarem as situações em que os estudantes trabalham e estudam, identificam a existência do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante. Na primeira situação, quando o trabalho é parcial e não ocupa todo o tempo livre do estudante, é possível existir a priorização dos estudos. O mesmo não ocorre com o trabalhador-estudante, pois o trabalho integral é primordial em sua vida. Desta maneira, os estudos ficam em plano secundário. “O estudo aparece como contingência[...] o trabalho

faz com que o curso tenha importância acessória” (FORACCHI, 1977 *apud* VARGAS e PAULA, 2013, p. 467). É comum que os trabalhadores-estudantes optem por cursos noturnos relacionados ao trabalho que já realizam.

É notável a falta de tempo para os estudos e também para participações em atividades acadêmicas de pesquisa e extensão aos estudantes que dependem do trabalho para manter suas condições mínimas materiais, ou até mesmo, as condições das pessoas que dependam do seu trabalho. É importante ressaltar que ao mesmo tempo em que o trabalho dificulta a realização integral das atividades acadêmicas, sem o trabalho não seria possível estudar para alguns dos trabalhadores-estudantes. Eis uma contradição: “Por vezes, o trabalho dificulta a escolarização, por vezes a ausência de trabalho impede a escolarização” (VARGAS e PAULA, 2013, p. 465).

Dados sobre estudantes da educação superior no Brasil, apontados por Vargas e Paula (2013), referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2006, revelam que na faixa etária de 18 a 19 anos, 27% dos brasileiros podiam apenas estudar. Do mesmo modo, na faixa etária de 20 a 24 anos de idade, apenas 10,8 % dos jovens brasileiros podiam estudar sem trabalhar. Neste sentido, os universitários brasileiros são, em sua maioria, trabalhadores. As questões relacionadas às dificuldades de conciliação entre trabalho e estudo são presentes na realidade destes estudantes que trabalham.

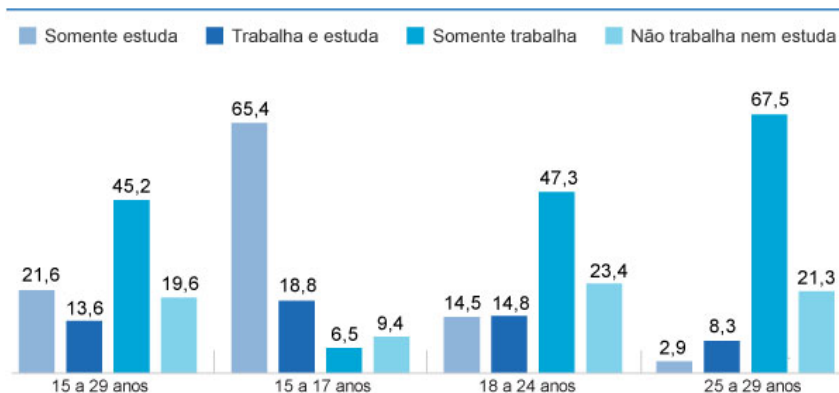
[...]Desperdiçamos anualmente e cassamos todos os dias os sonhos de milhares de estudantes esgotados, frustrados e impotentes perante obrigações de trabalho e escolares inconciliáveis. Abandonados à própria sorte, o trabalhador-estudante e o estudante-trabalhador no Brasil se vêem hoje estimulados a ingressar na educação superior. A retórica legal e política supostamente amparam esse projeto, seja sob o signo da diminuição das desigualdades sociais, seja pelo da democratização da educação superior (VARGAS e PAULA, 2013, p. 468)

Entretanto, dados referentes ao PNAD de 2012 (ANDRADE, 2013), mostram que a porcentagem de estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos que somente estudam aumentou para 14,5%. Verifica-se um acréscimo na porcentagem de estudantes que somente estudam em relação ao ano de 2006, apontado por Vargas e Paula (2013).

Gráfico I. Atividades dos jovens de 15 a 29 anos (em %, por grupos de idade)

Atividade dos jovens de 15 a 29 anos

Em %, por grupos de idade



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012

Fonte: Andrade (2013).

A expansão do ensino superior, tanto no âmbito público quanto no privado, inicia-se em 2006, com o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e com o PROUNI (Programa Universidade para Todos), há o aumento de vagas de matrículas nas universidades federais e a ampliação de bolsas de estudos integrais e parciais nas universidades privadas. Desta maneira, programas de assistência ao estudante e bolsas-permanência passam a integrar as ações de expansão da educação pública e privada, com o objetivo de promover condições para que os estudantes possam não apenas acessar, mas se dedicar aos estudos e concluir os seus cursos. Isto nos permite refletir a respeito do impacto destas ações no aumento de “jovens que apenas estudam” no ano de 2012, conforme o PNAD. Embora não se possa afirmar que esta é uma das causas diretas para este aumento, não podemos, contudo, ignorar estas ações.

Apesar dos avanços relacionados à criação e implementação dos programas de assistência estudantil, os estudantes que trabalham, principalmente aqueles matriculados no período noturno, ainda se encontram desprotegidos das políticas públicas. Segundo Vargas e Paula (2013), não há políticas educacionais específicas a esse público. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) também não prevê garantias aos trabalhadores que estudam, somente existe a possibilidade do estudante menor de 18 anos coincidir suas férias do trabalho com as férias escola-

res. Não há redução de horas na jornada de trabalho, tampouco outras garantias que facilitem a conciliação entre estudos e trabalho. Esta situação compromete a formação do estudante que trabalha. Caso ele dependa de seu trabalho para se sustentar ou manter sua família, os estudos estarão sempre em segundo plano.

No IFSP, o primeiro de todos os motivos da evasão escolar, já citado na pesquisa realizada pelos campi, é a questão do trabalho. Os atrasos, as horas extras no trabalho, o trânsito das grandes cidades e inflexibilidade por parte da instituição de considerar qual seria o melhor horário para o estudante do noturno são elementos objetivos que condicionam a evasão do estudante que trabalha.

As contribuições do Serviço Social na questão da evasão escolar no IFSP

É importante situar a recente inserção do Serviço Social no IFSP. Antes de 2008, o IFSP contava apenas com duas assistentes sociais, ingressantes no início da década de 1990 e pertencentes ao Campus Cubatão. A partir de 2008, observa-se, junto à expansão da instituição, o crescimento do quadro de assistentes sociais. A atuação na área da educação em uma instituição que oferta cursos em diversas modalidades não estava clarificada para os novos profissionais e também para os gestores do IFSP.

Os assistentes sociais que ingressaram a partir de 2010, iniciaram as ações de Assistência Estudantil na instituição. Até os dias atuais, todos os profissionais estão inseridos nessa área de atuação, apesar de terem, concomitantemente, desenvolvido outros projetos e ações no IFSP. O Programa de Assistência Estudantil do IFSP tem enfrentado desafios, tais como: realizar ações para além da transferência de renda aos estudantes e compor uma equipe básica de trabalho que tenha por objetivo atender aos estudantes de maneira integral. Mudanças estão ocorrendo, mas, até então, o Programa de Assistência Estudantil, com raras exceções de alguns campi, tem sido responsabilidade exclusiva dos assistentes sociais.

Para Silva (*apud* ALMEIDA e PEREIRA, 2012), a entrada do profissional de Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica está relacionada ao ingresso da classe trabalhadora nas instituições de ensino que, em muitas situações, necessitam de ações e políticas para que possam permanecer e concluir seus cursos. Todas as entrevistadas referiram que quando chegaram ao IFSP, a atuação do Serviço Social não estava clara para os gestores e demais servidores.

Quando eu entrei, em 2011, cheguei na instituição e fui atrás do diretor e perguntei o que eu iria fazer. Ele me pediu calma e falou que tinha

com ele um recurso parado (recursos da assistência estudantil - grifo nosso), que se eu pudesse cuidar dos alunos que não tinham “situação econômica” e, dependendo da situação econômica, ver o que eu poderia fazer por eles, seria isso mais ou menos o trabalho. Aí, perguntei sobre o formulário que eu iria usar, a legislação que iria usar, o que nós tínhamos aqui no campus construído aí ele falou “Eu vou te dar autonomia, você vai ter que ser uma pessoa pró ativa”. (Assistente Social Lucy, entrevista realizada em maio/2013)

No momento de inserção do Serviço Social no IFSP houve também a confusão das atribuições do Serviço Social. Em alguns campi, gestores e professores esperavam que o Serviço Social estivesse ligado às medidas disciplinares da instituição, como responsáveis por atribuir suspensão e advertência aos estudantes. Atualmente, os assistentes sociais têm mais clareza sobre suas atribuições na área educacional e, utilizando-se de estratégias de comunicação com estudantes e servidores da instituição, conseguiram fazer também com que a comunidade do IFSP compreendesse melhor a atuação do Serviço Social. Alguns documentos produzidos pelo conjunto CFESS/CRESS contribuíram para que conhecimentos do Serviço Social na área da Educação fossem socializados, dentre eles, o “Subsídios para o Debate do Serviço Social na Educação”(2011) e “Subsídios para a Atuação do Serviço Social na Educação”(2012).

Apesar do campo educacional não ser novo ao Serviço Social⁵, as dimensões do trabalho dos assistentes sociais na Educação têm sido recentemente exploradas por profissionais e intelectuais da área. De acordo com o CFESS(2012), há três dimensões que particularizam o Serviço Social na Educação: ações estratégicas para o acesso e a permanência dos estudantes fundadas no direito social à educação; aprimoramento da qualidade da Educação com vista à emancipação humana; e fortalecimento da democracia, entendida como um valor que pode se iniciar no campo educacional, mas que atinge outras esferas da vida social.

A atuação na redução da evasão escolar

A proximidade com a questão da evasão escolar para os assistentes sociais se dá num primeiro momento, com a inserção e centralidade das ações no PNAES e no cumprimento de seus objetivos, como já mencionado. A investigação do que é evasão escolar e como ela está relacionada ao direito à educação é um importante fator para compreender a atuação do Serviço Social à redução da evasão escolar.

Em geral, os assistentes sociais compreendem a evasão escolar como a situação em que os estudantes desistem do curso em que estão matriculados.

[...] alunos que iniciam o curso ou processo de formação e que acabam desistindo. Isso é uma coisa que chama muito a atenção porque existe todo um investimento no sentido de fortalecer e ampliar o acesso dos alunos ao ensino de qualidade, de excelência, mas ainda existem vários fatores que acabam impedindo que esses alunos completem sua formação. (Assistente social Helena, entrevista realizada em maio/2013).

Em relação ao direito à educação, a evasão foi relacionada por uma entrevistada:

Eu acho que a evasão por si só já fere o direito à Educação. Porque se você não consegue garantir que o aluno permaneça na instituição, esse direito por si só já foi ferido. Mas, assim, quando eu penso a evasão e o direito à Educação, não consigo deixar de pensar qual Educação é essa e como isto está sendo efetivado no cotidiano... por que está havendo toda essa evasão? Será que a Educação está mesmo sendo efetivada como direito? Acho que é uma forma da gente refletir, o que a gente poderia mudar pra Educação ser garantida como direito e não só como formação de mão de obra. Acho que a grande questão é essa. (Assistente social Nadir, entrevista realizada em maio/ 2013)

O entendimento de que a Educação não estaria sendo efetivada como direito social, mas sim como processo de reposição de mão de obra aos interesses do mercado de trabalho, são preocupações de Nadir. Esta reflexão permite relacionar que a Educação, como está sendo efetivada, atenderia aos interesses da classe dominante, como afirma Mészáros (2008) ao se referir à Educação institucionalizada como a transmissão de valores que legitimam os interesses dominantes.

Mészáros (2008, p. 44) afirma que o sentido verdadeiramente amplo do termo Educação é o sentido da internalização pelos indivíduos da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas” mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Dentre os desafios no campo da Educação institucionalizada é importante destacar a competência dos assistentes sociais em discernir o movimento contraditório que a constitui:

[...] pensar a inserção dos assistentes sociais na área de educação nos coloca o desafio de compreender e acompanhar teórica e politicamente como que as requisições postas a este profissional estão articuladas às tendências contraditórias da política de educação de ampliação das formas de acesso e de permanência na educação escolarizada diante de um cenário em que a realidade local encontra-se cada vez mais imbricada com a dinâmica de mundialização do capital (ALMEIDA *apud* CFESS, 2011, p.25)

Em relação à atuação do Serviço Social em ações e projetos de redução da evasão escolar, as entrevistadas da pesquisa mencionaram não atuar diretamente em atividades específicas do combate à evasão escolar, porém, mencionaram elementos do seu cotidiano profissional que acreditam contribuir à redução da evasão escolar.

O Serviço Social contribui nesta questão (evasão escolar- grifo nosso) do acompanhamento do aluno, mas na questão social mesmo: como está organizada a sua vida, qual a inserção dele no mundo do trabalho, de reflexão do mundo de trabalho, o despertar de um olhar crítico para a realidade dele e, eu acho que é um acompanhamento reflexivo mesmo. A principal contribuição do Serviço Social, no combate à evasão escolar é essa: buscar, fazer com que o aluno desperte a consciência crítica da realidade dele, da inserção dele no mundo. (Assistente social Nadir, entrevista realizada em maio/2013)

Ainda na perspectiva do acolhimento e proximidade aos estudantes:

Acredito que a gente possa contribuir com as ações da assistência estudantil principalmente, mas não só com essas ações, porque eu acho que o aluno tem que se sentir parte dessa escola, tem que participar. [...] Não é só a questão socioeconômica, o aluno tem que se sentir parte. A nossa escuta, o nosso acolhimento, isso é um diferencial de ter um assistente social na escola. Ter um profissional sensível ao que você está vivendo, ao que você está passando na sua família, na sua realidade, essa proximidade com os pais, acho que isso é uma riqueza (Assistente social Fátima, entrevista realizada em maio/2013).

E sobre a proximidade com os professores:

E para o professor também é uma riqueza ter esses dados, porque às vezes ele quer cobrar do aluno uma coisa que ele não tem condição de oferecer, e, aí quando a gente se aproxima dessa realidade o professor consegue compreender mais, e isso também contribui para evitar a evasão, essa compreensão, essa aproximação do aluno. Eu não tenho nada mirabolante, um projeto grande, mas eu acredito nesse cuidado. Acho que é um bom caminho para trabalhar a evasão. (Assistente social Fátima, entrevista realizada em maio/2013)

A partir da proximidade aos estudantes, é possível identificar as suas questões e necessidades cotidianas que perpassam a instituição, a relação professores - alunos e a sua relação familiar. O trabalho dos assistentes sociais neste sentido, não se restringe aos atendimentos individuais e acompanhamento social com os estudantes, mas se estende ao trabalho interventivo realizado com professores e familiares destes alunos.

Os assistentes sociais têm ampliado sua atuação para essas três dimensões do cotidiano dos estudantes: as relações familiares, a relação professor - aluno e os estudantes como sujeitos sociais. O repertório teórico que orienta a atuação dos assistentes sociais é composto pelos seus conhecimentos a respeito da democracia participativa, do direito à educação e cidadania, além do compromisso ético-político com a emancipação política dos estudantes. Os assistentes sociais tecem relações educativas com os estudantes, na medida em que, por meio dos seus

atendimentos, objetiva a construção de sujeitos sociais críticos, como refletiu a assistente social entrevistada Lucy.

Experiências coletadas nessa pesquisa, demonstraram também que os assistentes sociais têm sido propositivos em diversas outras ações. Há experiências de assistentes sociais que já participaram na elaboração de vídeos com os estudantes a fim de explorar o tema *bullying*. Outras experiências como o trabalho conjunto com professores em sala de aula foram relatadas por Fátima. Os professores do seu campi contam com o seu apoio e o da psicóloga para discutirem temas importantes com os estudantes, dentre eles cidadania e preconceito.

[...] Eles propõem atividades que trabalhem com os alunos a questão da cidadania, porque percebem dificuldades de trabalhar em grupo em sala de aula. Recentemente, a gente (Fátima e a psicóloga - grifos nossos) passou o filme “A Onda”. [...] Esse filme é muito interessante porque ele fala justamente sobre essa coisa de ir “na onda”, é bem crítico e o resultado foi super legal. A gente trabalhou com eles a autonomia, as escolhas, principalmente para o adolescente que vai muito nessa coisa de grupo, e a gente fez uma discussão e o resultado foi super bacana: eles estão participando mais, eles estão vindo mais aqui, estão participando das propostas do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP e, recentemente, foram numa reunião da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas-grifo nosso) e montaram um grêmio. (Assistente social Fátima, entrevista realizada em maio/2013).

Quando questionada se esse trabalho tem se ampliado para outras disciplinas e outros cursos:

[...] A gente tá colhendo frutos, a gente fez outro trabalho agora, na semana passada, sobre respeito ao próximo, porque nos primeiros anos está havendo muitas dificuldades de relacionamento, muita intriguinha, muita briguinha, até coisas que poderiam caracterizar *bullying*. Aí, a gente fez um trabalho super interessante, a gente está colhendo algumas respostas, mas é muito devagar, lógico. (Assistente social Fátima, entrevista realizada em maio/2013)

Lucy traz a experiência do trabalho com grupos. Há um ano, ela realiza mensalmente uma reunião com estudantes que queiram comparecer. Ela enfatizou

que não é necessário que o estudante esteja inscrito no PNAES, é uma ação para todos os estudantes do IFSP, basta que o estudante queira participar.

O ano passado nós trabalhamos o “Quem sou eu”, o que é a Identidade, depois trabalhamos Relações Humanas, Direitos e Deveres, Cidadania, Inclusão, Mercado de Trabalho, Saúde e Sexualidade. (Assistente social Lucy, entrevista realizada em maio/2013)

No ano de 2013, Lucy permitiu que os estudantes escolhessem os temas para discutirem nas reuniões do grupo. A maioria dos estudantes cursa os Técnicos de Informática e Mecânica. Segundo a Lucy:

[...] Por se tratar de um curso Técnico, acaba caindo muito nas questões de mercado de trabalho do que de relação, então, quando cai na questão de mercado de trabalho, eu procuro trabalhar um pouquinho a postura ética do trabalho, como formar um currículo, como se comportar em uma entrevista, então, a gente vai trabalhando essas temáticas. Eu estou vendo um resultado muito positivo nesse trabalho, a princípio, eu fazia sozinha, às vezes eu contava com a parceria de alguma empresa para conversar com eles, trabalhava com temas de inclusão também. (Assistente Social Lucy, entrevista realizada em maio/2013)

A pesquisa empírica privilegiou a apreensão do movimento de sistematização das práticas do Serviço Social no IFSP. A presença de práticas que transitam entre a garantia de direitos e cidadania, trabalho e a reflexão crítica sobre temas atuais têm caracterizado o cotidiano dos assistentes sociais no IFSP.

Considerações Finais - descobertas da pesquisa

A primeira descoberta desta pesquisa foi a de que todo o trabalho dos assistentes sociais vai ao encontro da redução da evasão escolar. Mesmo que as entrevistadas não se referissem à evasão escolar, ficou claro, na coleta de dados, uma das dimensões do Serviço Social no IFSP: a ampliação das condições de permanência dos estudantes, que nada mais é do que um, e não exclusivo, enfrentamento à evasão.

A segunda descoberta foi que embora houvesse práticas relacionadas à evasão escolar no PNAES, também existiam ações externas ao Programa, tampouco siste-

matizadas. Referimo-nos à participação dos assistentes sociais junto aos estudantes em ações como, por exemplo, a produção de vídeos sobre *bullying* e a realização de grupos de discussão. Há, ainda, o trabalho de assistentes sociais em sala de aula na perspectiva de uma atuação mais propositiva, com diálogos diretamente com os alunos sobre temas relacionados à cidadania, autonomia e direitos sociais – diálogos estes que também tem sua participação no enfrentamento à evasão escolar.

As assistentes sociais reconheceram a importância do PNAES à permanência dos estudantes no IFSP, porém, é consensual a ideia de que a transferência de renda não pode ser a única forma de garantir a permanência dos alunos nos cursos. Do grupo de entrevistadas, todas, exceto uma, pensam desta maneira.

Contudo, o principal motivo de evasão escolar obtido pela pesquisa documental, o trabalho, é expressão das condições sociais dos estudantes do IFSP, sendo complexo demais para que as respostas à evasão do IFSP sejam elaboradas apenas em seu âmbito interno. É necessário que estudos e articulações sejam realizados pelos órgãos governamentais e movimentos sociais, como exemplo, estudos aprofundados sobre a realidade social e as necessidades dos estudantes da Educação Profissional e Tecnologia. Articulações entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Renda são fundamentais para que melhores condições de trabalho e estudo possam ser possíveis para aqueles em que a dupla jornada estudo - trabalho é um caminho inevitável.

Considerando a prática investigativa do Serviço Social, acreditamos que os assistentes sociais possam contribuir também para estudos que apontem não apenas os dados sobre a renda e tipo de moradia dos estudantes, como exemplo. É fundamental que estudos e análises sobre necessidades estudantis sejam aprofundados e que contribuam à produção de conhecimentos sobre o assunto. A identificação do tempo livre dos estudantes e suas expectativas em relação ao trabalho e estudo torna-se útil quando descobrimos que a principal razão de evasão é a não possibilidade de conciliação de trabalho e estudos. A publicização destes elementos possibilitaria o aprimoramento das ações de assistência estudantil e inovações no tocante à organização das instituições de ensino.

A realização da pesquisa documental e empírica permitiu a percepção de que tanto o IFSP quanto o Serviço Social ainda estão se estabelecendo e consolidando suas práticas educacionais. Caminhos estão abertos para que a Educação Profissional e Tecnológica seja encarada como direito social e que contemple a formação crítica dos indivíduos e que não se restrinja meramente ao saber tecnicista.

A partir do entendimento de que as ações do Serviço Social se estendem a toda comunidade do IFSP, apresentamos algumas possibilidades de atuação e articulações do Serviço Social na instituição.

– Participação em conselhos de classes dos cursos de Educação Básica e Ensino Médio

Os conselhos de classe são instâncias onde o desempenho acadêmico dos estudantes e o trabalho desenvolvido em sala de aula são amplamente discutidos por professores e outros profissionais da área educacional. No IFSP, alguns assistentes sociais têm sido convidados a participar dos conselhos, outros, têm solicitado participação. E, de fato, a tendência é que a participação da categoria nos conselhos se amplie.

Compreendendo que os conselhos de classes são importantes reuniões multidisciplinares em que a vida acadêmica dos estudantes é colocada em questão, é muito importante que o Serviço Social se faça presente neste momento, com seus pareceres sobre as situações, no caso de alunos em que o acompanhamento social já é realizado. A participação nos conselhos também é crucial à dimensão investigativa da prática profissional, pois, neste espaço, os profissionais podem identificar situações que exigem acompanhamento, intervenção e encaminhamentos.

– A proposição de ações no âmbito das políticas afirmativas

Situadas as transformações ocorridas no âmbito do acesso à Educação Superior e à Educação Profissional e Tecnológica, um vasto campo se coloca ao Serviço Social no sentido de realizar ações coletivas que promovam a reflexão sobre preconceitos, direitos e desigualdade social, temas que circundam o repertório teórico da profissão. Esta intervenção não se faz necessária apenas aos docentes, mas a todo corpo docente e estrutura administrativa da instituição.

– A ampliação de trabalhos culturais

Há assistentes sociais que participam ativamente das ações culturais de seu campi. Ainda não é uma prática comum à maioria dos profissionais, mas é fundamental que o Serviço Social esteja imerso à vida cultural do campus.

Os assistentes sociais podem articular o contato entre movimentos sociais, artísticos, movimentos de cultura local e outras organizações que possam promover a reflexão da comunidade interna do IFSP no sentido do respeito à diversidade, a eliminação de preconceitos, conhecimento de outras culturas e construção de uma consciência coletiva crítica, visando a formação integral dos estudantes.

– A inserção dos assistentes sociais em projetos de Extensão

A Extensão universitária é uma espécie de ponte entre a comunidade interna da instituição e a comunidade externa que a rodeia. A Extensão é a área responsável por levar

os conhecimentos produzidos pelas universidades/institutos federais à sua comunidade externa local e também de identificar quais são as demandas que a instituição pode atender produzindo conhecimentos para a melhoria de vida da comunidade local.

Atualmente, a Extensão do IFSP seleciona projetos para que os estudantes realizem atividades na área, em grande parte, comunitárias. Servidores podem ser autores e coordenadores dos projetos. A Extensão também é responsável pelo desenvolvimento de programas como Programas Mulheres Mil e PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Profissional)³.

No IFSP, ainda não há assistentes sociais na Extensão. Porém, esta área, que agrega vários profissionais, se mostra fértil ao Serviço Social, uma vez que o desenvolvimento de projetos socioculturais, de identificação das necessidades da população local, de articulação com os movimentos sociais, associações de bairro e demais organizações populares, exige competências que são atinentes ao Serviço Social.

– Articulações como o movimento estudantil

O movimento estudantil não tem tradição consolidada no IFSP, os centros acadêmicos, grêmios e diretórios estudantis estão sendo constituídos recentemente. O Serviço Social pode se articular com estas representações estudantis a fim de propor ações culturais, de prevenção às drogas e promoção da saúde. Estas organizações são próximas dos estudantes em geral e é possível que a comunicação com os estudantes seja facilitada. Estas organizações também podem contribuir criticamente com propostas de melhoria de atendimentos e infraestrutura dentro do IFSP, além de propor novas práticas à instituição. É preciso estar atento às reivindicações e necessidades estudantis e a articulação com o movimento estudantil pode auxiliar nestas questões.

A título de finalização, podemos afirmar que a pesquisa, ao privilegiar o movimento de sistematização das práticas do Serviço Social no IFSP, evidenciou que nada está pronto ou finalizado. Permitiu constatar e analisar que além das contribuições do Serviço Social à redução da evasão escolar, ainda que iniciais, outras atividades educativas poderão ser ampliadas, graças ao repertório teórico-metodológico do Serviço Social na perspectiva emancipatória, também presente na Educação.

Referências

ALMEIDA, N. L. T.; PEREIRA, L. D. *Serviço Social e Educação*. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

AMARO, S. *Serviço Social na Educação*. Bases para o trabalho profissional. Santa Catarina: Editora UFSC, 2011. 1ª edição.

ALMEIDA, N. L. T. *Reflexões para subsidiar o debate da atuação do/a assistente social na área de educação*. In: CFESS. Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2012

ANDRADE, H. *IBGE: um quinto dos jovens no Brasil é “nem-nem”, que não estuda nem trabalha*. Universo Online (UOL). 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/um-em-cada-cinco-jovens-de-15-a-29-anos-nao-estuda-nem-trabalha-diz-ibge.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

BAGGI, C.; LOPES, D. A. *Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica*. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 16, n. 2, Jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772011000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 fev. 2013.

BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 01 fev. 2012.

CASTRO, T. L. C.; DORE, R.; SALES, P. E. N. *Educação Profissional e Evasão Escolar: Estudo e Resultado Parcial de Pesquisa Sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais*. In: III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR - 11, 12, 13 de Setembro 2013. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). *Plano de Desenvolvimento Institucional, 2009-2013*. 2009. Disponível em: <<http://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/wp-content/uploads/2013/03/pdi-2009-2013.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

JOHANN, C. C. *Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: um estudo de caso no Campus Passo Fundo*. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2012.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *O PNE 2011-2020: metas e estratégias*. 2010. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf>. Acesso em: 05 set. 2013.

PEREIRA, L. A. C. *Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia*. 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2013.

SILVA FILHO, R. L. L. *et al.* *A evasão no ensino superior brasileiro*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Acórdão nº 506*. 2013. Auditoria operacional. Fisco-lização de orientação centralizada. Rede federal de educação profissional. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

VARGAS, H., M.; PAULA, M. F. C. *A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado*. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 2, July 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2013.

Notas

- 1 Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Endereço: Rua Apeninos, 362. Apto. 55, CEP 01533-000. São Paulo/SP. E-mail: michellidaros@gmail.com
- 2 Programa Nacional de Integração do Ensino Médio da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos.
- 3 O Programa Mulheres Mil tem como objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero – mulheres em situação de vulnerabilidade social têm acesso à Educação Profissional, ao emprego e à renda. Os projetos locais são ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação econômica regional. O programa faz parte das ações do programa Brasil Sem Miséria, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema, estabelecida pelo governo federal.
- 4 Segundo AMARO (2011, p. 19), o registro mais antigo que se tem conhecimento do Serviço Social Educacional remete ao estado do Rio Grande do Sul, quando foi implantado como serviço de assistência ao escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura em 1946.

Artigo recebido em dezembro de 2014 e aprovado para publicação em fevereiro de 2015.